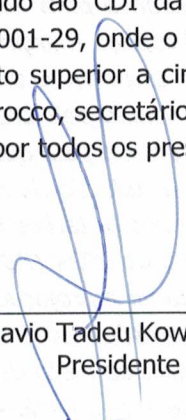


Ata nº.079 do Comitê de Investimentos do Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de São Gabriel do Oeste – SGOPREV. Aos dezenove dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e seis, reuniram-se os membros do Comitê de Investimentos do Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de São Gabriel do Oeste – SGOPREV, na sede do Instituto, localizada na Rua Rio Grande do Sul, 1409, Centro - São Gabriel do Oeste/MS, com a presença dos membros: FLAVIO TADEU KOWALESKI, JOSÉ LUIS RIBEIRO DE LEON, , CLARICE RIBEIRO ALVES ROCHA, LISIANE GONÇALVES, ENEDILSON MAROCCO, para debaterem a respeito a seguinte ordem do dia: **Destinação dos recursos da arrecadação do SGOPREV da competência do mês de janeiro de 2026; realocação da carteira de investimentos, para melhor rentabilidade da carteira; destinação dos valores recebidos de compensação previdenciária do INSS; elaboração e apreciação do parecer do comitê de investimentos do mês de dezembro de 2025; reformulação da política de investimentos para adequação à Resolução CMN 5272/2025; destinação dos valores recebidos do pagamento de cupons dos investimentos com vencimento nos anos pares; destinação do aporte mensal para cobertura do déficit atuarial do exercício de 2026.** O presidente do comitê de investimentos iniciou a reunião destacando a participação por videoconferência do consultor em investimentos SÉRGIO RICARDO PINHO. O valor da arrecadação bruta, correspondente à competência de janeiro de 2026 é de R\$ 1.772.358,84, onde, R\$ 1.700.203,91 corresponde à contribuição patronal e dos segurados e R\$ 72.154,93 corresponde à taxa de administração. O cenário econômico, transcrito da análise da carteira, disponibilizada em 13/02/2026, pela assessoria em investimentos Crédito e Mercado Consultoria de Investimentos, descreve a seguinte conjuntura: *"A semana de 16 a 20 de fevereiro de 2026, foi marcada pelo retorno do Carnaval no Brasil, pela divulgação da ata do Federal Reserve (banco central dos EUA) e pela decisão histórica da Suprema Corte americana derrubando as tarifas do governo Trump. No Brasil, o Ibovespa, principal índice de ações da Bolsa de Valores de São Paulo (B3), fechou acima dos 190 mil pontos pela primeira vez na história, ao mesmo tempo em que o Banco Central publicou dados positivos sobre a atividade econômica em 2025. O Relatório Focus de 23/02/2026 apresentou leve redução nas expectativas para a inflação de 2026, com o IPCA passando de 3,95% para 3,91%. Para 2027, a projeção permaneceu estável em 3,80%. Em relação ao crescimento econômico, a estimativa do PIB para 2026 avançou marginalmente de 1,80% para 1,82%, enquanto para 2027 manteve-se em 1,80%. No câmbio, houve pequena apreciação esperada para 2026, com a projeção recuando de R\$ 5,50 para R\$ 5,45 por dólar. Para 2027, a estimativa permaneceu em R\$ 5,50. Quanto à taxa Selic, a expectativa para 2026 foi revisada para baixo, de 12,25% para 12,13% ao ano, indicando percepção de espaço marginal para flexibilização monetária. Para 2027, a projeção ficou estável em 10,50% ao ano. O Brasil viveu um momento histórico, com o Ibovespa superando os 190 mil pontos pela primeira vez, apoiado pelo crescimento econômico de 2,5% em 2025, acima das projeções. O otimismo interno foi reforçado pela queda das expectativas de inflação e pela sinalização de que o Banco Central deve iniciar a redução da Selic já em março de 2026. No cenário externo, a decisão da Suprema Corte dos EUA de anular tarifas comerciais ampliou o apetite ao risco global, levando o dólar ao menor nível desde maio de 2024 (R\$ 5,17). Na China, os mercados ficaram fechados pelo Ano Novo Lunar, mas o FMI manteve a projeção de crescimento em 4,5% para 2026, apesar dos riscos ligados ao setor imobiliário e às tensões comerciais com os EUA. Por fim, na Zona do Euro, a inflação recuou para 1,7% em janeiro, abaixo da meta de 2%, o que permitiu ao BCE manter os juros em patamar neutro, enquanto monitora os efeitos da valorização do euro frente ao dólar.* **Estrutura de Alocação de Recursos:** A estrutura de alocação foi definida para que o RPPS preserve o patrimônio e consiga crescer de forma consistente no longo prazo. Como o regime paga benefícios continuamente, a carteira precisa suportar períodos de estabilidade e crise sem comprometer sua solvência. A renda fixa concentra a maior parte dos recursos porque oferece previsibilidade e menor oscilação. Dentro dela, a divisão por prazos é essencial: Curto prazo garante liquidez imediata; Médio prazo reduz impactos de mudanças nos juros; Longo prazo protege contra a inflação e captura ganhos quando o mercado melhora. Esse arranjo responde ao comportamento da curva de juros, que remunera prazos distintos de forma diferente. Assim, o RPPS evita que uma mudança abrupta afete toda a carteira ao mesmo tempo. A renda variável entra para impulsionar o crescimento no longo prazo. Embora mais volátil, ela permite capturar valor de empresas, setores e ativos reais. A diversificação entre ações, multimercados e fundos imobiliários reduz riscos e amplia fontes de retorno. A parcela de investimentos no exterior funciona como proteção estrutural. Ela reduz a dependência de eventos exclusivamente brasileiros e amplia o acesso a mercados e setores globais, diminuindo o impacto de crises locais. Em

síntese, a carteira combina três pilares: segurança na renda fixa, crescimento via renda variável e proteção com exposição internacional. Essa abordagem fortalece a capacidade do RPPS de cumprir suas obrigações e preservar recursos no tempo.” As recomendações da assessoria, diante do cenário econômico atual, para os novos aportes, são: Para o aporte recebido, IMA-B, IRF-M 1 e Títulos Públicos. Para realocação, não houve recomendação. Lembrando que as recomendações são de análise macro, não refletindo o posicionamento do Comitê de Investimentos, que busca aplicações mais conservadoras, diante da preocupação do comitê de investimentos de buscar investimentos menos voláteis no cenário econômico atual. Após análises e conclusões, ficou definido: O recurso recebido por compensação previdenciária no mês de novembro de 2025 será aplicado em fundo vinculado ao CDI na própria conta do recebimento, na Caixa Econômica Federal, FIC CAIXA AUTOMATICO POLIS RF CNPJ 52.803.936/0001-29. Seguindo a recomendação do assessor em investimentos, ficou acordado, entre os membros do comitê, que o valor disponível para aplicação do aporte da competência de janeiro de 2026, bem como o valor dos rendimentos, pagamento de cupons, dos títulos públicos da instituição XP Investimentos, serão aplicados no fundo: BB IMA-GERAL EX-C TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO CNPJ 14.964.240/0001-10, que, em janeiro de 2026, estava com rendimento mensal de 1,29%, percentual que cumpre a meta de rentabilidade estabelecida na política de investimentos. O valor da taxa de administração de R\$ 72.154,93, será repassado para a conta corrente da taxa de administração junto à Caixa Econômica Federal. Na sequência, ocorreu a elaboração do parecer do comitê de investimentos da competência de dezembro de 2025, o qual foi analisado e revisado pelos presentes. O parecer será encaminhado ao conselho fiscal, para apreciação, com uma análise favorável dos membros do comitê de investimentos presentes. A revisão e adequação da política de investimento foi necessária para atender à resolução CMN 5272/2025, onde após debate dos ajustes necessários será encaminhada ao Conselho Curador. Quanto as realocações, será resgatado o valor total do fundo PRÓPRIO CAPITAL FIF CPNJ 10.756.685/0001-54, buscando enquadramento da carteira à Resolução 5272/2025, em conformidade ao nível do Pro-Gestão do RPPS, e investido no fundo BB IMA-GERAL EX-C TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO CNPJ 14.964.240/0001-10. Os valores dos pagamentos dos cupons com vencimentos nos anos pares serão reaplicados nos próprios fundos de vértice que originaram os rendimentos, ou fundo vértice aberto para novos aportes, com enquadramento dos valores mínimos para aplicação ou melhor rentabilidade. O recebimento dos aportes mensais para cobertura do déficit atuarial do ano de 2026 será aplicado no fundo vinculado ao CDI da Caixa Econômica Federal, FIC CAIXA AUTOMATICO POLIS RF CNPJ 52.803.936/0001-29, onde o valor acumulado ao final do exercício de 2026 será aplicado em um fundo com vencimento superior a cinco anos. Dando por encerrada a reunião, o Presidente solicitou a mim, Enedilson Marocco, secretário, que fosse lavrada a presente ata que depois de lida e achada conforme vai assinada por todos os presentes.



Flavio Tadeu Kowaleski
Presidente



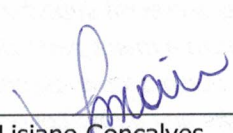
Enedilson Marocco
Secretário



José Luis Ribeiro de Leon
Membro titular



Clarice Ribeiro Alves Rocha
Membro titular



Lisiane Gonçalves
Membro titular

**PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO GABRIEL DO OESTE**

Ata nº.079 do Comitê de Investimentos do Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de São Gabriel do Oeste – SGOPREV. Aos dezenove dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e seis, reuniram-se os membros do Comitê de Investimentos do Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de São Gabriel do Oeste – SGOPREV, na sede do Instituto, localizada na Rua Rio Grande do Sul, 1409, Centro - São Gabriel do Oeste/MS, com a presença dos membros: FLAVIO TADEU KOWALESKI, JOSÉ LUIS RIBEIRO DE LEON, , CLARICE RIBEIRO ALVES ROCHA, LISIANE GONÇALVES, ENEDILSON MAROCCO, para debaterem a respeito a seguinte ordem do dia: **Destinação dos recursos da arrecadação do SGOPREV da competência do mês de janeiro de 2026; realocação da carteira de investimentos, para melhor rentabilidade da carteira; destinação dos valores recebidos de compensação previdenciária do INSS; elaboração e apreciação do parecer do comitê de investimentos do mês de dezembro de 2025; reformulação da política de investimentos para adequação à Resolução CMN 5272/2025; destinação dos valores recebidos do pagamento de cupons dos investimentos com vencimento nos anos pares; destinação do aporte mensal para cobertura do déficit atuarial do exercício de 2026.** O presidente do comitê de investimentos iniciou a reunião destacando a participação por videoconferência do consultor em investimentos SÉRGIO RICARDO PINHO. O valor da arrecadação bruta, correspondente à competência de janeiro de 2026 é de R\$ 1.772.358,84, onde, R\$ 1.700.203,91 corresponde à contribuição patronal e dos segurados e R\$ 72.154,93 corresponde à taxa de administração. O cenário econômico, transcrito da análise da carteira, disponibilizada em 13/02/2026, pela assessoria em investimentos Crédito e Mercado Consultoria de Investimentos, descreve a seguinte conjuntura: "A semana de 16 a 20 de fevereiro de 2026, foi marcada pelo retorno do Carnaval no Brasil, pela divulgação da ata do Federal Reserve (banco central dos EUA) e pela decisão histórica da Suprema Corte americana derrubando as tarifas do governo Trump. No Brasil, o Ibovespa, principal índice de ações da Bolsa de Valores de São Paulo (B3), fechou acima dos 190 mil pontos pela primeira vez na história, ao mesmo tempo em que o Banco Central publicou dados positivos sobre a atividade econômica em 2025. O Relatório Focus de 23/02/2026 apresentou leve redução nas expectativas para a inflação de 2026, com o IPCA passando de 3,95% para 3,91%. Para 2027, a projeção permaneceu estável em 3,80%. Em relação ao crescimento econômico, a estimativa do PIB para 2026 avançou marginalmente de 1,80% para 1,82%, enquanto para 2027 manteve-se em 1,80%. No câmbio, houve pequena apreciação esperada para 2026, com a projeção recuando de R\$ 5,50 para R\$ 5,45 por dólar. Para 2027, a estimativa permaneceu em R\$ 5,50. Quanto à taxa Selic, a expectativa para 2026 foi revisada para baixo, de 12,25% para 12,13% ao ano, indicando percepção de espaço marginal para flexibilização monetária. Para 2027, a projeção ficou estável em 10,50% ao ano. O Brasil viveu um momento histórico, com o Ibovespa superando os 190 mil pontos pela primeira vez, apoiado pelo crescimento econômico de 2,5% em 2025, acima das projeções. O otimismo interno foi reforçado pela queda das expectativas de inflação e pela sinalização de que o Banco Central deve iniciar a redução da Selic já em março de 2026. No cenário externo, a decisão da Suprema Corte dos EUA de anular tarifas comerciais ampliou o apetite ao risco global, levando o dólar ao menor nível desde maio de 2024 (R\$ 5,17). Na China, os mercados ficaram fechados pelo Ano Novo Lunar, mas o FMI manteve a projeção de crescimento em 4,5% para 2026, apesar dos riscos ligados ao setor imobiliário e às tensões comerciais com os EUA. Por fim, na Zona do Euro, a inflação recuou para 1,7% em janeiro, abaixo da meta de 2%, o que permitiu ao BCE manter os juros em patamar neutro, enquanto monitora os efeitos da valorização do euro frente ao dólar. **Estrutura de Alocação de Recursos:** A estrutura de alocação foi definida para que o RPPS preserve o patrimônio e consiga crescer de forma consistente no longo prazo. Como o regime paga benefícios continuamente, a carteira precisa suportar períodos de estabilidade e crise sem comprometer sua solvência. A renda fixa concentra a maior parte dos recursos porque oferece previsibilidade e menor oscilação. Dentro dela, a divisão por prazos é essencial: Curto prazo garante liquidez imediata; Médio prazo reduz impactos de mudanças nos juros; Longo prazo protege contra a inflação e captura ganhos quando o mercado melhora. Esse arranjo responde ao comportamento da curva de juros, que remunera prazos distintos de forma diferente. Assim, o RPPS evita que uma mudança abrupta afete toda a carteira ao mesmo tempo. A renda variável entra para impulsionar o crescimento no longo prazo. Embora mais volátil, ela permite capturar valor de empresas, setores e ativos reais. A diversificação entre ações, multimercados e fundos imobiliários reduz riscos e amplia fontes de retorno. A parcela de investimentos no exterior funciona como proteção estrutural. Ela reduz a dependência de eventos exclusivamente brasileiros e amplia o acesso a mercados e setores globais, diminuindo o impacto de crises locais. Em síntese, a carteira combina três pilares: segurança na renda fixa, crescimento via renda variável e proteção com exposição internacional. Essa abordagem fortalece a capacidade do RPPS de cumprir suas obrigações e preservar recursos no tempo." As recomendações da assessoria, diante do cenário econômico atual, para os novos aportes, são: Para o aporte recebido, IMA-B, IRF-M 1 e Títulos Públicos. Para realocação, não houve recomendação. Lembrando que as recomendações são de análise macro, não refletindo o posicionamento do Comitê de Investimentos, que busca aplicações mais conservadoras, diante da preocupação do comitê de investimentos de buscar investimentos menos voláteis no cenário econômico atual. Após análises e conclusões, ficou definido: O recurso recebido por compensação previdenciária no mês de novembro de 2025 será aplicado em fundo vinculado ao CDI na própria conta do recebimento, na Caixa Econômica Federal, FIC CAIXA AUTOMATICO POLIS RF CNPJ 52.803.936/0001-29. Seguindo a recomendação do assessor em investimentos, ficou acordado, entre os membros do comitê, que o valor disponível para aplicação do aporte da competência de janeiro de 2026, bem como o valor dos rendimentos, pagamento de cupons, dos títulos públicos da instituição XP Investimentos, serão aplicados no fundo: BB IMA-GERAL EX-C TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO CNPJ 14.964.240/0001-10, que, em janeiro de 2026, estava com rendimento mensal de 1,29%, percentual que cumpre a meta de rentabilidade estabelecida na política de investimentos. O valor da taxa de administração de R\$ 72.154,93, será repassado para a conta corrente da taxa de administração junto à Caixa Econômica Federal. Na sequência, ocorreu a elaboração do parecer do comitê de investimentos da competência de dezembro de 2025, o qual foi analisado e revisado pelos presentes. O parecer será encaminhado ao conselho fiscal, para apreciação, com uma análise favorável dos membros do comitê de investimentos presentes. A revisão e adequação da política de investimento foi necessária para atender à resolução CMN 5272/2025, onde após debate dos ajustes necessários será encaminhada ao Conselho Curador. Quanto as realocações, será resgatado o valor total do fundo PRÓPRIO CAPITAL FIF CPNJ 10.756.685/0001-54, buscando enquadramento da carteira à Resolução 5272/2025, em conformidade ao nível do Pro-Gestão do RPPS, e investido no fundo BB IMA-GERAL EX-C TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF

RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO CNPJ 14.964.240/0001-10. Os valores dos pagamentos dos cupons com vencimentos nos anos pares serão reaplicados nos próprios fundos de vértice que originaram os rendimentos, ou fundo vértice aberto para novos aportes, com enquadramento dos valores mínimos para aplicação ou melhor rentabilidade. O recebimento dos aportes mensais para cobertura do déficit atuarial do ano de 2026 será aplicado no fundo vinculado ao CDI da Caixa Econômica Federal, FIC CAIXA AUTOMÁTICO POLIS RF CNPJ 52.803.936/0001-29, onde o valor acumulado ao final do exercício de 2026 será aplicado em um fundo com vencimento superior a cinco anos. Dando por encerrada a reunião, o Presidente solicitou a mim, Enedilson Marocco, secretário, que fosse lavrada a presente ata que depois de lida e achada conforme vai assinada por todos os presentes.

Câmara Municipal de São Gabriel do Oeste
AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE N. 002/2026

A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, neste ato representada pelo Presidente Sr. Valdecir Malacarne, torna público para conhecimento de todos a **AUTORIZAÇÃO** do processo de **Inexigibilidade n. 002/2026** para a contratação da empresa especializada EFFICIENCE EVENTOS CORPORATIVOS LTDA inscrita no CNPJ N. 57.725.821/0001-02 mediante Processo de inexigibilidade, com base no art. 74, inciso III, "f" da Lei n. 14.133/2021, com intuito de contratação de empresa especializada para realização de capacitação e treinamento de pessoal, que visa atender a Câmara Municipal de São Gabriel do Oeste.

São Gabriel do Oeste, 02 de março de 2026.

Valdecir Malacarne
Presidente

Matéria enviada por Uriel Fialho Ajala

Prefeitura - Procuradoria Jurídica
DECRETO Nº 3.772 /2026 PMSGO/GAB 02 DE MARÇO DE 2026.

Designa o Agente de Contratação do Poder Executivo do Município de São Gabriel do Oeste e dá outras Providências.

O **Prefeito Municipal de São Gabriel do Oeste**, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo inciso VII do art. 70 da Lei Orgânica do Município,

Considerando o artigo 8º da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que determina a designação de Agente de Contratação e Equipe de Apoio, para conduzir todos os processos de licitação, incluindo contratações diretas e dispensas de licitação;

Considerando ainda o disposto no art. 8º do Decreto Municipal nº 2.921, de 6 de abril de 2023.

DECRETA:

Art. 1º Fica designado a servidora abaixo relacionada para exercer a função de Agente de Contratação do Poder Executivo do Município de São Gabriel do Oeste MS:

Poliana de Oliveira Gomes, servidora pública do cargo efetivo de auxiliar de administração, matrícula 4247-2;

Parágrafo Único. Nas licitações realizadas na modalidade Pregão, a servidora acima designada atuará como Pregoeiro.

Art. 2º Ficam designados os servidores abaixo relacionados para compor a Equipe de Apoio ao Agente de Contratação e/ou Pregoeiro:

Ronilso Freitas Brandão, servidor público no cargo efetivo de agente administrativo, matrícula 280;

Aline Cristina da Costa, servidora pública no cargo efetivo de auxiliar de serviço, matrícula 4651;

Camile Vitória de Freitas Silva, servidora pública no cargo de Secretario II, matrícula 7285.

Art. 3º Compete ao Agente de Contratação e/ou Pregoeiro realizar a condução dos processos de licitação e de contratação direta e as demais atribuições previstas no art. 11 do Decreto Municipal nº 2.918, 06 de abril de 2023, sem prejuízo de outras atribuições previstas em leis ou regulamentos.

Art. 4º Compete a Equipe de Apoio auxiliar o Agente de Contratação e/ou Pregoeiro na execução das atividades previstas no artigo anterior.

Art. 5º Ficam designados os servidores Ronilso Freitas Brandão, Poliana de Oliveira Gomes, Camile Vitória de Freitas Silva e Aline Cristina da Costa comomembros titulares para, sob a Presidência do primeiro, constituírem a Comissão Permanente de Licitações da Prefeitura Municipal de São Gabriel do Oeste MS, nas licitações de alta complexidade.

Parágrafo Único. Nos impedimentos e ausências do Presidente da Comissão, a titularidade temporária será exercida pela servidora **POLIANA DE OLIVEIRA GOMES**.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 3.401/2025.

São Gabriel do Oeste/MS, 02 de Março de 2026.

Matéria enviada por ANA NÁTHALEN SANTOS DA SILVA

Prefeitura - Procuradoria Jurídica
HOMOLOGAÇÃO E AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA

MODALIDADE: DISPENSA: 001/2026;